



ORIENTE MÉDIO

Trump quer anexar o Estreito de Ormuz

Com a guerra a caminho de completar seis meses, presidente anuncia planos de proclamar como “território dos Estados Unidos a via de navegação, crítica para o mercado de petróleo e desde então sob controle efetivo do Irã

Seu solução à vista no curto prazo para o impasse no Estreito de Ormuz, via de navegação crítica para o mercado de petróleo, fechado pelo Irã desde que foi atacado pelos Estados Unidos e por Israel, em 28 de fevereiro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem que pretende declarar soberania sobre o canal. “Muito em breve, declararei o Estreito de Ormuz território dos EUA. É verdade”, disse Trump, com um sorriso discreto, durante um comício político em uma academia de polícia no estado de Nova York.

Passados quase seis meses desde o início da guerra, a crise em Ormuz concentra os esforços diplomáticos para um acordo de paz mais abrangente. Desde as primeiras semanas do conflito, as forças iranianas mantêm na prática paralisado o tráfego de petroleiros e outros navios mercantes, com prejuízos para o conjunto dos países da região. Em represália, a Marinha dos EUA sustenta um bloqueio aos portos iranianos, impedindo a chegada e a partida de embarcações de qualquer tipo. “Temos o bloqueio. Nenhuma embarcação passa a menos que nós queiramos”, disse

Trump à multidão de apoiadores e policiais que o aclamava.

Trump vem afirmando, repetidamente, que o regime islâmico de Teerã negocia um acordo para a “liberação total” do estreito, que já foi anunciada repetidas vezes, para logo ser desmentida. O presidente norte-americano reitera que suas forças têm o controle da via marítima, mas o governo iraniano, de sua parte, sustenta que “nenhum navio” cruza as águas sem sua permissão, e que um acordo estaria próximo para administrar Ormuz em parceria com o sultanato de Omã, petromonarquia historicamente aliada à Arábia Saudita e aos EUA.

Crise a bordo

O presidente se apressou a desmentir preocupações com a tripulação do porta-aviões USS Abraham Lincoln, que completou oito meses em missão sem voltar a porto. O Lincoln zarpou da Califórnia em novembro de 2025, com destino ao Mar do Sul da China, mas foi redirecionado para o Golfo Pérsico antes do início dos ataques ao Irã. Desde o início da semana, sites e veículos de informação dedicados aos assuntos de defesa

US Navy/AFP



O Abraham Lincoln (E) em missão: com mais de oito meses no mar, o porta-aviões será substituído

noticiam rumores de que os mais de oito meses ao largo, somados às dificuldades para receber suprimentos, causam problemas de saúde mental entre os marinheiros. Alguns teriam tentado se atirar ao mar.

Ontem, o comando militar norte-americano anunciou que ele dará lugar a outro porta-aviões, o George Washington, como peça-chave da força-tarefa que impõe o bloqueio ao Irã. “O Lincoln está

se deslocando ou se deslocará muito em breve, e será substituído por um navio muito semelhante”, confirmou Trump à imprensa, antes de viajar de Washington para Nova York. Ele desmentiu relatos da imprensa

norte-americana e europeia sobre questionamentos por parte das famílias das tripulantes sobre as condições a bordo. “Não, elas não estão preocupadas”, garantiu.

Questionado se a missão tomou-se longa demais, depois de mais de 260 dias a bordo, o presidente negou: “Isso está longe de ser o bastante”. Porta-vozes militares admitiram que um marinheiro do Abraham Lincoln que caiu no mar em 3 de agosto foi resgatado. Congressistas da oposição democrata exigiram explicações do secretário de Defesa, Pete Hegseth, que considerou a repercussão na imprensa “exagerada”.

Um alto funcionário do governo insistiu em negar que a saúde mental seja um problema dentro do porta-aviões. “Não observamos um aumento nas ideias suicidas nem nas tentativas, a bordo do navio”, declarou. Ele acrescentou que o Lincoln conta com cinco capelães, um psicólogo, um assistente social, um “coordenador de prevenção” e um cão “para apoiar o moral e o bem-estar emocional da tripulação”. “Adaptar-se à vida no mar pode ser difícil, por isso aprendemos como fornecer recursos e ajudar os marinheiros nessas transições.”

INDONÉSIA

Terremoto de 7.7 causa destruição e morte

» RODRIGO CRAVEIRO

Um terremoto de magnitude 7.7 na escala Richter (aberta, raramente chega a 9) e com epicentro a 68km a noroeste da localidade de Ende, na Ilha das Flores, no leste da Indonésia, levou as autoridades a emitirem um alerta de tsunami. Vídeos divulgados pelas redes sociais mostram o mar recuando e prédios colapsados. Até o fechamento desta edição, havia a confirmação de pelo menos uma morte. O tremor foi considerado raso, de apenas 10km, e sucedido por três réplicas em apenas meia hora, de magnitudes respectivas de 5.9;

5.6 e 6.1. Minutos depois do primeiro sismo, Abdul Muhari, porta-voz da Agência Nacional de Gestão de Desastres da Indonésia (BNPB), advertiu: “Os residentes devem ‘afastar-se da costa, deslocando-se para mais de dois quilômetros para o interior ou para áreas montanhosas com mais de 10 metros de altitude’”. O alerta de tsunami foi revogado pouco depois.

Atualmente desempregado, Leonardus K. Edison, 39 anos, sente alívio por sua família estar viva. Morador de Ruteng, capital da Regência de Manggarai, na Ilha das Flores, ele mora a quatro horas do epicentro, mas teve a casa totalmente destruída.

“Aconteceu às 5h58 (de hoje, pelo horário local; 18h58 de ontem, em Brasília). Nós dormíamos. Foi um tremor extremamente forte. Ficamos em choque quando tudo sacudiu de repente. Corremos para fora de casa, a fim de nos salvar, e assistimos à nossa casa cair lentamente. Estamos desolados, mas gratos por termos conseguido escapar em segurança. Felizmente, minha esposa, meus três filhos e eu estamos a salvo”, desabafou ao **Correio**. “Não posso reconstruir a nossa casa, pois não temos dinheiro.” Leonardus enviou à reportagem um vídeo que mostra o imóvel com enormes rachaduras nas partes externa e interna.

Também em Ruteng, Paulus H. Kurniawan, 45, começava as atividades matinais quando a terra tremeu. “Minha família e eu tínhamos acabado de acordar. A casa dos meus pais é bem na frente da minha, e todo mundo corria de um lado para o outro. As crianças se aprontavam para a escola. Eu senti pânico, medo e ansiedade, provocados pelos tremores prolongados e massivos”, contou Paulus ao **Correio**. De acordo com ele, há danos em uma distância de duas horas de sua casa. “A Universidade Católica São Paulo, em Ruteng, o prédio do Banco NTT, casas de moradores, uma igreja e escolas foram afetados.”

Selo/AFP



Casas colapsadas na cidade de Ruteng, onde Leonardus e Paulus moram

CONEXÃO DIPLOMÁTICA



POR SILVIO QUEIROZ
SILVIOQUEIROZ.BSB@GMAIL.COM

JOGO BRUTO NO "QUINTAL"

Um par de decisões tomadas nos últimos dias redesenha o cenário geopolítico nas Américas. No fundamental, guardam um sentido comum: como previsto na Doutrina Donroe, a atualização de Donald Trump para a premissa imperial de James Monroe, os EUA saem atrás dos objetivos estratégicos na América Latina. E o Brasil figura, naturalmente, como peça-chave nesse arranjo.

Nos últimos dias, o secretário de Guerra — como Donald Trump renomeou o Departamento de Estado, responsável pela diplomacia —, Pete Hegseth, anunciou a decisão de promover “operações militares terrestres” contra gangues do narcotráfico “onde seja necessário”. O movimento, apoiado por vários dos governos de ultradireita trumpista recém-empossados na América do Sul, abre precedentes para uma nova fase no confronto entre Washington e os inimigos percebidos na região percebida e entendida como o “quintal”. Acordos já foram firmados para a ofensiva com a Colômbia e o Equador. Em

ambos os casos, entra em pauta a reativação de bases militares usadas pelos EUA nos anos 1990 e 2000. Negociações estão em andamento com Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina. Desde que definiu facções criminosas do Brasil como “organizações terroristas de alcance internacional”, o governo Trump tem na manga a carta legal para aprovar e colocar em prática uma ação dessa ordem por aqui.

Remontagem

Na Colômbia, coube ao recém-empossado presidente Adalberto de la Espriella, expoente da ultradireita trumpista na região, anunciar a decisão de abrir o país às operações militares norte-americanas no país. O passo se configura como uma reedição do Plano Colômbia, colocado em prática nas primeiras décadas do século. Na ocasião, o presidente Andrés Pastrana, eleito em 1998, tinha como núcleo do programa de governo uma “nova abordagem” para o conflito de décadas com a guerrilha

de esquerda, àquela altura entrelaçado ao combate ao narcotráfico.

Aprovado pelo Congresso dos EUA em 2000, o Plano Colômbia, previa aportes da ordem do bilhão de dólares para reequipar o Exército colombiano, que vinha de derrotas seguidas e acachapantes no confronto com as Farc. Em resumo, a estratégia do presidente Andrés Pastrana, eleito em 1998, era abrir negociações de paz com a guerrilha de maneira a poder concentrar esforços contra os cartéis da cocaína. O processo foi rompido no início de 2002, meses antes de o direito Alvaro Uribe ser eleito presidente e, em seguida, proclamar a adesão à “guerra ao terror” proclamada por George W. Bush e associar o Plano Colômbia diretamente ao combate aos rebeldes de esquerda.

Como é de costume em toda remontagem de filmes ou peças teatrais, o roteiro deve incorporar novos ingredientes. No caso colombiano, com o desmantelamento dos cartéis de Medellín e Cali, bem como do grosso do contingente das

Farc, entram na conta os dissidentes e os remanescentes do Exército de Libertação Nacional (ELN), que até aqui se esquivaram de negociações de paz.

Na ofensiva

Pressionado pela falta de resultados palpáveis na guerra que iniciou contra o Irã, e pressionado pelos impactos econômicos do conflito — em especial, na economia doméstica —, Donald Trump dá sinais de que se volta para a América Latina como troféu possível para apresentar aos eleitores nas eleições legislativas de novembro. A retomada da hegemonia no chamado “quintal” dos EUA se afigura como possível carro-chefe para o Partido Republicano (governista) defender as ameaçadas maiorias na Câmara dos Deputados e no Senado.

Além dos avanços para coordenar ações com os governos afins eleitos nos últimos dois anos, em especial na América do Sul, o Departamento de Estado parece ter fixado dois alvos imediatos. Um deles é Cuba, submetida desde o início do ano a um bloqueio naval que impede a ilha de receber petróleo — essencial para sua infraestrutura energética. O Brasil é o outro.

O próprio Trump já definiu a eleição presidencial de outubro — com o segundo turno previsto para 10 dias antes da votação nos EUA, em que o presidente enfrenta o risco de perder a maioria em ambas as casas do Congresso.

Guerra comercial

Do ponto de vista estrito do Brasil, ofensiva trumpista se desdobra na sequência do contencioso comercial aberto em 2025, com a imposição unilateral de sobretaxas às importações de produtos brasileiros. Entre idas e vindas, o tarifaço foi reeditado, e o país vem de comunicar a Washington a decisão de adotar medidas recíprocas. Paralelamente, ganhou a adesão da China ao processo aberto contra os EUA na Organização Mundial do Comércio.

Com o regime comunista de Pequim na mira, enquadrado como o rival estratégico na disputa pela hegemonia global, a Casa Branca segue movendo as peças no tabuleiro da América Latina, definido como prioritário. Além da pressão crescente sobre o Brasil, os EUA acertam com o aliado Javier Milei o veto a investimentos chineses na área crítica do gás natural, na Argentina.